

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1. Procedimentos de auditoria são aqueles que representam

- (A) as avaliações que o auditor realiza para determinar a natureza, a extensão e a profundidade dos testes de auditoria.
- (B) o conjunto de técnicas que o auditor utiliza para colher as evidências sobre as informações das demonstrações financeiras.
- (C) as avaliações que o auditor realiza para determinar se os saldos das contas do balanço patrimonial e da demonstração de resultado estão superavaliados.
- (D) o conjunto de técnicas que o auditor utiliza para avaliar o sistema de controle interno da empresa auditada, relacionado às contas contábeis.
- (E) as avaliações que o auditor realiza para planejar e executar a confirmação de saldos contábeis junto a terceiros.

2. O exame, pelo auditor, de documentos externos e internos com o objetivo de constatar a veracidade dos valores registrados na contabilidade da entidade, é um dos procedimentos de auditoria denominados de

- (A) Exame de superavaliação, por meio do qual o auditor parte do documento para conferir a composição do saldo do razão geral.
- (B) Contagem física de documentos, por meio do qual o auditor parte dos documentos para em seguida fazer a identificação dos bens declarados nas demonstrações financeiras.
- (C) Conferência de cálculo, por meio do qual o auditor verifica se os valores dos lançamentos contábeis foram corretamente calculados.
- (D) Confirmação com terceiros, por meio do qual o auditor deve confirmar junto a terceiros os valores indicados nos documentos e registrados na contabilidade da entidade.
- (E) Inspeção de documentos, por meio do qual o auditor avalia se os lançamentos contábeis estão devidamente suportados.

3. Considerando o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei complementar 101 de 04/05/2000) sobre o limite da despesa com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, assinale a alternativa que indica **corretamente** o percentual da receita corrente líquida que a despesa total com pessoal do Município não poderá exceder

- (A) 49%
- (B) 50%
- (C) 54%
- (D) 60%
- (E) 70%

4. Dentre as alternativas abaixo, assinale a que contém somente receitas públicas da categoria econômica e do tipo receitas correntes.

- (A) Receita tributária, de contribuições e de superávit orçamentário corrente.
- (B) Receita de serviço, receita patrimonial e receita proveniente de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas correntes.
- (C) Receita de atividade industrial ou agropecuária e receita provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívida.
- (D) Receita tributária, receita de serviços e receita proveniente da conversão, em espécie, de bens e direitos.
- (E) Receita de contribuições, receita patrimonial e receita proveniente de amortização de empréstimos anteriormente concedidos.

5. Além do critério de classificação institucional, as receitas públicas podem ser classificadas por outros critérios. Assinale a alternativa **correta** em relação aos demais critérios de classificação das receitas públicas.

- (A) Segundo sua natureza e funcional.
- (B) Segundo sua natureza e programático.
- (C) Funcional e programático.
- (D) Segundo sua natureza e quanto às fontes de recursos.
- (E) Funcional e segundo as fontes de recursos.

6. Na Administração Pública, orçamento-programa é aquele que

- (A) evidencia os graus de prioridade que foram dados aos programas de investimentos.
- (B) dá transparência ao que se pretende gastar ou comprar pelo relacionamento das receitas a arrecadar com as despesas de custeio programadas.
- (C) destaca as metas e objetivos que se propõe realizar por meio de um conjunto de programas para os quais devem ser definidos os objetivos a serem alcançados, os custos envolvidos e as fontes de recursos.
- (D) destaca o que se pretende realizar com os recursos provenientes das diversas fontes, pelo ato de restringir os gastos e as compras ao montante da receita estimada.
- (E) evidencia em primeiro lugar os recursos disponíveis por natureza e fonte de recursos e, em seguida, define a distribuição desses recursos na manutenção da rede de serviços públicos a que se propõe realizar por meio dos programas administrativos.



7. Identifique qual das alternativas constitui recursos (desde que não comprometidos) para a abertura de créditos suplementares e que devem ser incorporados ao orçamento, considerando o disposto na Lei 4.320/64.

- (A) O excesso de arrecadação desde que ajustado pelo déficit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício anterior ou o produto de operações de crédito autorizadas ou a anulação parcial ou total de dotações orçamentárias para reforçar a dotação orçamentária quando do acréscimo de despesas por subestimativa da previsão.
- (B) Os créditos adicionais autorizados em lei para a cobertura de despesas urgentes e imprevistas, como nos casos de guerra ou calamidade pública.
- (C) O produto de operações de crédito autorizadas ou a anulação parcial ou total de dotações orçamentárias para a cobertura de despesas para as quais não exista dotação específica, como quando da criação de órgãos da administração pública.
- (D) O excesso de arrecadação ou o produto de operações de crédito autorizadas ou a anulação parcial ou total de dotações orçamentárias para a cobertura de despesas urgentes e imprevistas, como em caso de guerra ou calamidade pública, ou para cobrir despesas para as quais não exista dotação específica ou ainda para reforçar a dotação orçamentária, quando do acréscimo de despesas por subestimativa da previsão.
- (E) O excesso de arrecadação ou o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior ou o produto de operações de crédito autorizadas ou a anulação total ou parcial de dotações orçamentárias para reforçar a dotação orçamentária, quando do acréscimo de despesas por subestimativa da previsão.

8. Considerando a classificação das despesas públicas segundo a categoria econômica, uma concessão de empréstimo deverá ser classificada como uma

- (A) inversão financeira, no grupo das despesas de capital.
- (B) transferência corrente, no grupo das despesas correntes.
- (C) subvenção financeira, no grupo das despesas de correntes.
- (D) transferência de capital, no grupo das despesas de capital.
- (E) programação especial, no grupo das despesas correntes.

9. Identifique a alternativa **correta**, considerando o princípio orçamentário da universalidade para fins de elaboração do Orçamento Público e considerando o que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal sobre a concessão ou aplicação de incentivo ou benefício de natureza tributária.

- (A) O orçamento deve compreender todas as receitas e despesas, sendo que a concessão ou aplicação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada da estimativa do impacto financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes e, além disso, (I) - demonstrar que a renúncia foi considerada na estimativa da receita da lei orçamentária e que não afetará as metas de resultados fiscais previstas, ou alternativamente, (II) - apresentar as medidas de compensação para o período mencionado (três exercícios), por meio do aumento de receita, proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.
- (B) O orçamento deve ser elaborado por todas as pessoas jurídicas de direito público em cada esfera da administração, sendo obrigação do Legislativo conhecer, a priori, todas as receitas e despesas do governo e dar prévia autorização para a respectiva arrecadação e realização. Dessa forma, qualquer lei ou medida provisória que conceda ou amplie isenção, incentivos ou benefícios de natureza tributária e financeira e gere efeitos sobre a receita estimada, somente deve ser aprovada caso indique a estimativa de renúncia de receita que irá acarretar.
- (C) O orçamento deve ser de pleno acesso a qualquer interessado, ou seja, exige-se absoluta transparência e pleno acesso às informações acerca das ações dos dirigentes de órgãos e entidades públicas e pelo uso dos recursos, o que inclui a obrigatoriedade de evidência das renúncias de receitas decorrentes de isenções, anistias, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.
- (D) O orçamento deve ser elaborado e autorizado para execução em um determinado período de tempo, sendo que os créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos quatro meses do exercício que forem reabertos, deverão ser incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.
- (E) O orçamento deve utilizar rubricas de receitas e despesas pelos seus valores brutos, ou seja, sem deduções e sem compensações. Para tal, exige-se a estimativa das renúncias de receitas, permitindo determinar o montante "potencial" da arrecadação. Dessa forma, se justifica a contabilização simultânea das transferências como receitas e despesas de um órgão e de outro, mesmo que tais valores apenas "entrem" e "saiam", visto que as eliminações devem ser feitas somente no processo de consolidação dos demonstrativos.



10. Leia atentamente as alternativas concernentes aos tribunais de contas e assinale a **correta**.

- (A) O Tribunal de Contas, no Brasil, é órgão auxiliar do Poder Executivo.
- (B) O Tribunal de Contas é preposto do Poder Judiciário.
- (C) O Tribunal de Contas é órgão julgante, por excelência, cível e criminal.
- (D) Compete ao Tribunal de Contas, entre outras atribuições, fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pelos entes federativos mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres.
- (E) Cabe ao Tribunal de Contas apreciar, com definitividade, as contas dos administradores.

11. Os Conselheiros do Tribunal de Contas do Município de São Paulo são nomeados

- (A) em comissão.
- (B) em caráter efetivo.
- (C) em caráter vitalício.
- (D) no regime de legislação trabalhista.
- (E) em caráter interino.

12. No controle externo municipal, ao Tribunal de Contas do Município de São Paulo cabe assinalar prazo para que seja sanada ilegalidade constatada na conduta do órgão controlado. Nesse caso, não atendido tempestivamente,

- (A) deve oficiar à Câmara Municipal, solicitando a sustação do ato impugnado.
- (B) deve imediatamente recorrer ao Judiciário.
- (C) o ato de sustação será adotado diretamente pela Câmara Municipal, que, de imediato, solicitará ao Executivo as medidas cabíveis.
- (D) deve oficiar ao Prefeito Municipal, reiterando a correção do ato ilegal.
- (E) susta a execução do ato impugnado, comunicando tal decisão à Câmara Municipal.

13. Dentre os requisitos para a nomeação no cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, é **INCORRETA** a exigência de

- (A) notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.
- (B) idoneidade moral e reputação ilibada.
- (C) mais de cinco anos de exercício de função ou de formação profissional que exija os conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.
- (D) mais de trinta e cinco anos, e menos de sessenta e cinco anos de idade.
- (E) aprovação da Câmara Municipal.

14. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Município de São Paulo:

- I. Os pareceres emitidos por decisão do Tribunal Pleno em resposta a consultas importam em prejulgamento do Tribunal em relação ao caso concreto invocado e não à tese firmada.
- II. A consulta encaminhada ao Tribunal de Contas poderá ser subscrita por qualquer agente político, independentemente de parecer do órgão de assistência técnica ou jurídica da autoridade consulente.
- III. Os pareceres emitidos por decisão do Tribunal Pleno em resposta a consultas terão caráter normativo, importando em prejulgamento do Tribunal em relação à tese firmada, e não ao caso concreto eventualmente invocado.
- IV. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para formular representação ou denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal.
- V. Contra o acórdão que veicular o parecer emitido pelo Tribunal, em resposta à consulta formulada, caberá pedido de reexame, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da sua publicação.

Pode-se dizer que

- (A) todas as afirmativas estão **incorretas**.
- (B) todas as afirmativas estão **corretas**.
- (C) apenas as afirmativas I e II estão **corretas**.
- (D) apenas as afirmativas III e IV estão **corretas**.
- (E) apenas as afirmativas II, III e IV estão **incorretas**.

15. De conformidade com a Lei Federal n. 8666/93, é dispensável a licitação

- (A) para a aquisição de materiais que só podem ser fornecidos por produtor exclusivo.
- (B) para a contratação de perícias, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.
- (C) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- (D) para a contratação de profissional de qualquer setor artístico.
- (E) para a contratação de associação de portadores de deficiência psíquica, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade.

16. Os serviços públicos que a Administração presta sem ter usuários determinados (uti universi), diferenciam-se daqueles prestados individualmente (uti singuli) porque

- (A) são divisíveis, ou seja, sua utilização é mensurável.
- (B) têm usuários determinados.
- (C) geram direito subjetivo à sua obtenção.
- (D) satisfazem indiscriminadamente a população.
- (E) são remunerados por meio de tarifa.



17. Admitindo-se a autorização, a permissão e a concessão de uso como instrumentos para a outorga ao particular do uso privativo dos bens públicos, leia as afirmações abaixo, de acordo com a Lei Orgânica do Município de São Paulo:

- I. a autorização para uso privativo de bem público não pode ser outorgada por prazo determinado.
- II. a autorização para uso privativo de bem público pode ser outorgada por prazo até o máximo de 90 dias, exceto quando se destinar a formar canteiro de obra ou de serviço público, caso em que o prazo corresponderá ao da duração da obra ou do serviço.
- III. a outorga de autorização para uso privativo de bem público exige prévia desafetação do bem a ser utilizado.
- IV. a permissão de uso de bem público será sempre por tempo indeterminado e formalizada por termo administrativo.
- V. é dispensada a licitação para a concessão de uso, quando o uso se destinar à concessionária de serviço público ou entidades assistenciais ou filantrópicas ou quando houver interesse público ou social devidamente justificado.

Pode-se dizer que

- (A) todas as afirmativas estão **incorretas**.
- (B) todas as afirmativas estão **corretas**.
- (C) apenas as afirmativas II, IV e V estão **corretas**.
- (D) apenas as afirmativas I, II e V estão **incorretas**.
- (E) apenas as afirmativas II, III e IV estão **incorretas**.

18. As organizações sociais são

- (A) órgãos pertencentes à Administração direta, tendo por objeto o desenvolvimento de atividades relacionadas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e à preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde.
- (B) são pessoas da Administração indireta, pois são organizações particulares que integram a estrutura governamental.
- (C) fundações de direito público, voltadas ao desenvolvimento de atividades sociais previstas na lei ou decreto que as cria.
- (D) uma nova forma societária ou uma modalidade especial de pessoa jurídica.
- (E) pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, que, preenchendo os requisitos legais, podem celebrar contratos de gestão com o poder público para a formação de parceria no fomento e execução de determinadas atividades.

19. José, após concurso regular, foi nomeado para o cargo de Engenheiro Municipal. Toma posse perante a autoridade competente, mas não entra em exercício no prazo legal. Diante dessa situação, a Administração deverá

- (A) demiti-lo.
- (B) instaurar processo administrativo por abandono de cargo.
- (C) tornar sem efeito a nomeação.
- (D) exonerá-lo.
- (E) prorrogar "ex officio" o prazo para entrar em exercício.

20. Quanto ao controle do ato administrativo, assinale a alternativa **correta**.

- (A) O ato administrativo discricionário e o ato administrativo vinculado estão sujeitos ao controle judicial.
- (B) O administrado pode pleitear a revogação judicial do ato administrativo praticado pelo Poder Executivo.
- (C) Revogado o ato administrativo, seus efeitos operam-se retroativamente.
- (D) A declaração de nulidade do ato administrativo depende sempre de decisão judicial.
- (E) O ato discricionário é imune ao controle judicial.

21. Com relação ao serviço público, assinale a alternativa **correta**.

- (A) O serviço público é sempre prestado pelo Estado.
- (B) Quando o serviço público é prestado por particulares ocorre uma transferência da titularidade do Estado para a iniciativa privada.
- (C) Serviço público é uma intervenção estatal no domínio econômico.
- (D) A posição doutrinária dominante é a que afirma a "morte do serviço público".
- (E) As únicas hipóteses de prestação de serviço público são aquelas apontadas no texto constitucional.

22. As alternativas abaixo apresentam atribuições do poder hierárquico da Administração Pública, exceto:

- (A) Anular atos ilegais praticados por órgãos inferiores.
- (B) Editar atos regulamentares.
- (C) Aplicar sanções disciplinares.
- (D) Avocar e/ou delegar atribuições.
- (E) Controlar as atividades dos órgãos subordinados.



23. Leia as afirmações seguintes para responder à questão.

- I. O pregão inicia sua fase externa com a convocação dos interessados através da publicação do respectivo edital com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.
- II. Pregão é modalidade de licitação em que há inversão das fases de classificação das propostas e habilitação dos licitantes.
- III. Pregão é modalidade de licitação em que, uma vez conhecidos os valores ofertados, são admitidos lances verbais e sucessivos a serem apresentados por qualquer um dos licitantes, até a proclamação do vencedor.
- IV. Em um pregão realizado pelo Estado pode haver a contratação do licitante classificado em segundo lugar nos preços, por ter sido inabilitado o licitante com o menor preço.
- V. O pregão é reservado à compra de bens de pequeno valor e alienação de produtos legalmente apreendidos ou penhorados.

Pode-se dizer que

- (A) todas as afirmações são **incorretas**.
- (B) todas as afirmações são **corretas**.
- (C) apenas as afirmações I, II e V são **corretas**.
- (D) apenas as afirmações I, III e V são **incorretas**.
- (E) apenas as afirmações II, III e IV são **incorretas**.

24. Tendo em conta a Lei Orgânica do Município de São Paulo, leia as afirmações seguintes:

- I. Após a posse, os Vereadores se reunirão sob a presidência do mais idoso dentre os presentes e, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que ficarão automaticamente empossados.
- II. A Mesa da Câmara poderá declarar "ex officio" a perda do mandato do Vereador que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias, salvo licenças ou missão autorizada pela Câmara.
- III. Os membros da Mesa serão eleitos para um mandato de um ano, não sendo permitida reeleição.
- IV. No período de recesso, a Câmara não poderá ser extraordinariamente convocada pelo Prefeito.
- V. Perderá o mandato o Vereador investido na função de Secretário Municipal.

Estão **corretas**

- (A) apenas as proposições I e II.
- (B) apenas as proposições I, III e V.
- (C) apenas as proposições II e III.
- (D) apenas as proposições II e IV.
- (E) apenas as proposições I, II e III.

25. O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos na Constituição da República, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos constitucionais expressos, **EXCETO**:

- (A) julgamento do Prefeito perante o Tribunal de Justiça.
- (B) cooperação das associações representativas no planejamento municipal.
- (C) organização das funções legislativas e fiscalizadoras da Câmara Municipal.
- (D) eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito até sessenta dias antes do término do mandato dos que devam suceder, aplicadas as regras referentes à eleição em dois turnos no caso de Municípios com mais de duzentos mil eleitores.
- (E) posse do Prefeito e do Vice-Prefeito no dia 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição.

26. Os institutos de direito administrativo são informados por diversos princípios. Nessas condições, a "suplência", a "delegação" e a "substituição" são institutos informados pelo

- (A) princípio da impessoalidade.
- (B) princípio da continuidade.
- (C) princípio da autotutela administrativa.
- (D) princípio da especialidade.
- (E) princípio do poder-dever.

27. A Emenda Constitucional 41/2003 procurou enfrentar o problema das distorções do sistema remuneratório no art 37, XI

- (A) estabelecendo um limite diverso para os servidores de cada um dos três Poderes no âmbito estadual.
- (B) fixando num único valor o limite de remuneração para os três Poderes e para as esferas federal, estadual e municipal.
- (C) fixando teto apenas para os servidores que continuam sob o regime remuneratório tradicional, não incluindo os que passam para o regime de subsídio.
- (D) estabelecendo um teto incidente sobre toda a administração direta e indireta.
- (E) fixando teto apenas para os servidores incluídos no regime de subsídio, não abrangendo os servidores sob o regime remuneratório tradicional.



28. A lista final de um concurso público, com os candidatos aprovados e classificados foi publicada com diversos erros, constando candidatos reprovados desde a 1ª fase do concurso.

Decorridos alguns meses após a nomeação e entrada em exercício de todos os nomeados, a Administração descobriu o erro e, de imediato, tornou sem efeito as nomeações e anulou o concurso público. Este procedimento

- (A) está correto, visto que os servidores não eram estáveis.
- (B) está correto, visto ter a Administração o poder de autotutela sobre os próprios atos.
- (C) está incorreto, por ferir o princípio da ampla defesa dos servidores nomeados.
- (D) está incorreto, pois, por se tratar de procedimento de concurso público, a anulação só poderia ocorrer antes da homologação e da nomeação dos candidatos aprovados.
- (E) está incorreto, pois a Administração pode revogar seus atos, a qualquer tempo, por ilegalidade.

29. As alternativas abaixo apresentam as finalidades do sistema de controle interno, a ser exercido de forma integrada pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, para promover a fiscalização e controle dos orçamentos públicos, havendo uma única **exceção**. Assinale-a.

- (A) Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- (B) Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- (C) Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- (D) Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na Administração direta e indireta, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
- (E) Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

30. Os atos de improbidade administrativa importarão

- (A) a suspensão dos direitos políticos e da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.
- (B) a cassação dos direitos políticos, a perda da função pública e o ressarcimento ao erário.
- (C) somente na instauração da ação penal cabível, visto que, se configurado o crime, este abrangerá os ilícitos administrativos.
- (D) a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.
- (E) a cassação dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.

31. Leia a descrição das seguintes condutas típicas:

- I. Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- II. Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- III. Exigir o funcionário tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, empregar na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza.
- IV. Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
- V. Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.

Analisando-se tais condutas, conclui-se que correspondem, **respectivamente**, aos crimes de

- (A) extravio, furto, corrupção passiva, extorsão, peculato.
- (B) furto, apropriação indébita, peculato, excesso de exação, advocacia administrativa.
- (C) prevaricação, concussão, excesso de exação, corrupção passiva, peculato.
- (D) advocacia administrativa, apropriação indébita, excesso de exação, corrupção ativa, furto.
- (E) condescendência criminosa, furto, peculato, advocacia administrativa, concussão.



32. Nos termos da Lei Federal nº 10.028 de 19/10/2000, constitui infração administrativa contra as leis de finanças públicas

- I. deixar de expedir ato determinando limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidos em lei.
- II. propor lei de diretrizes orçamentárias anual que não contenha as metas fiscais na forma da lei.
- III. realizar operação de crédito por antecipação de receita para atender insuficiência de caixa somente a partir do décimo dia do início do exercício.
- IV. deixar de divulgar ou de enviar ao Poder Legislativo e ao Tribunal de Contas o relatório de gestão fiscal, nos prazos e condições estabelecidos em lei.
- V. realizar despesas com prévio empenho.

Assinale a alternativa **correta**.

- (A) apenas as afirmativas I, II e IV são **corretas**.
- (B) apenas as afirmativas II e III são **corretas**.
- (C) apenas as afirmativas I, III e IV são **corretas**.
- (D) apenas as afirmativas III e IV são **corretas**.
- (E) apenas as afirmativas I, II e V são **corretas**.

33. Dentre as principais técnicas de análise de balanços, assinale a alternativa que identifica a análise por meio da qual se faz a comparação entre os valores de uma mesma conta ou grupo de contas em diferentes períodos, constituindo um processo de análise temporal que é desenvolvida por meio de números índices.

- (A) Análise horizontal
- (B) Análise vertical
- (C) Análise por indicadores
- (D) Análise por quocientes
- (E) Análise por diagrama de índices

34. Para fins de elaboração da Demonstração de Origens e Aplicação de Recursos (DOAR), o valor do ganho proveniente da alienação de bens do ativo imobilizado deve ser computado como um

- (A) item positivo no grupo das origens de terceiros.
- (B) item negativo no grupo das origens de terceiros.
- (C) item positivo no grupo das origens das operações e negativo no grupo das origens de terceiros.
- (D) item negativo no grupo das origens das operações.
- (E) item positivo no grupo das origens das operações.

35. As principais causas que fazem variar o saldo do grupo patrimônio líquido no balanço patrimonial de uma entidade com fins lucrativos são

- (A) o investimento inicial de capital e posteriores aumentos ou reduções de capital, bem como a constituição de reservas de lucro.
- (B) o resultado obtido pelo confronto entre receitas e despesas do período, bem como o investimento inicial de capital e posteriores aumentos ou reduções de capital.
- (C) o investimento inicial de capital e posteriores incorporações das reservas de lucro, de capital e de reavaliação.
- (D) o resultado obtido pelo confronto entre receitas e despesas do período, bem como o investimento inicial de capital e posteriores incorporações das reservas de capital.
- (E) o investimento inicial de capital e posteriores aumentos ou reduções de capital, bem como as posteriores incorporações das reservas de lucro.

36. Identifique a alternativa que corresponde ao regime contábil para a apuração dos resultados na contabilidade pública brasileira, no que tange às receitas e despesas.

- (A) Misto, ou seja, receitas arrecadadas (regime de caixa) e despesas empenhadas (regime de competência).
- (B) Competência, ou seja, receitas e despesas orçadas.
- (C) Caixa, ou seja, receitas recebidas e despesas pagas.
- (D) Misto, ou seja, receitas arrecadadas (regime de caixa) e despesas orçadas (regime orçamentário).
- (E) Orçamentário, ou seja, receitas e despesas orçadas e legalmente empenhadas.

37. No âmbito da Administração Pública, os estágios da receita pública são, **respectivamente**,

- (A) a previsão (estimativa), o empenho (inclusão no orçamento) e a arrecadação (pelo pagamento do contribuinte).
- (B) o empenho (inclusão no orçamento), a arrecadação (pelo pagamento do contribuinte) e a realização (pelo recebimento da receita).
- (C) a previsão (estimativa), a arrecadação (pelo pagamento do contribuinte) e o recolhimento (pelo crédito na conta de receita proveniente da entrega do produto da arrecadação).
- (D) a dotação (estimativa), a arrecadação (pelo pagamento do contribuinte) e o empenho (baixa na dotação orçamentária pelo recebimento efetivo da receita arrecadada).
- (E) a previsão (estimativa), o recolhimento dos pagamentos dos contribuintes (pelas repartições fiscais ou rede bancária) e a realização (pelo recebimento da receita).



38. Considerando as demonstrações contábeis elaboradas segundo a Lei 4.320/64 e os sistemas contábeis utilizados na administração pública, assinale a alternativa **correta**.

- (A) O sistema orçamentário tem dupla finalidade, ele produz o balanço orçamentário e alimenta o sistema patrimonial para que este dê origem ao balanço patrimonial e o balanço financeiro.
- (B) O sistema financeiro tem dupla finalidade, ele produz o balanço financeiro e alimenta o sistema patrimonial para que este dê origem ao balanço patrimonial e à demonstração das variações patrimoniais.
- (C) O sistema patrimonial tem dupla finalidade, ele produz o balanço patrimonial e a demonstração das variações patrimoniais e alimenta o sistema orçamentário para que este dê origem ao balanço orçamentário.
- (D) O sistema de compensação tem dupla finalidade, ele produz a demonstração das variações patrimoniais e alimenta o sistema patrimonial para que este dê origem ao balanço patrimonial.
- (E) O sistema patrimonial tem dupla finalidade, ele produz o balanço patrimonial e alimenta o sistema financeiro para que este dê origem à demonstração das variações patrimoniais.

39. De acordo com a legislação vigente sobre os critérios de classificação orçamentária das despesas públicas, o critério de classificação programática é aquele por meio do qual as despesas públicas são segregadas em

- (A) correntes e de capital.
- (B) funções e subfunções.
- (C) órgãos setoriais e em suas respectivas unidades orçamentárias.
- (D) programas, projetos e atividades, bem como as operações especiais quando efetivamente contribuírem para a consecução dos objetivos dos programas.
- (E) funções, programas, subprogramas, projetos/atividades e subprojetos/subatividades.

40. Para fins de elaboração do Balanço Financeiro de uma entidade pública, assinale a alternativa que evidencia o efeito líquido no caixa da entidade, sabendo-se que: I – a despesa empenhada no ano de 2.001 foi de \$200,00; II – a despesa não paga e inscrita em restos a pagar no ano de 2.001 foi de \$30,00; III – houve o pagamento em 2.001, da despesa inscrita em restos a pagar no ano de 2.000, no valor de \$20,00; e IV – não houve cancelamento das inscrições em restos a pagar.

- (A) Redução de 150.
- (B) Redução de 170.
- (C) Redução de 190.
- (D) Redução de 210.
- (E) Redução de 250.



CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

41. Assinale a alternativa que identifica o livro contábil onde figuram registradas as movimentações a débito e a crédito ocorridas no conjunto de contas patrimoniais e de resultado.

- (A) Livro Diário
- (B) Livro Caixa
- (C) Livro Auxiliar
- (D) Livro Razão
- (E) Livro de Entradas e Saídas

42. Considerando a equação fundamental do patrimônio, o estado patrimonial que implica em uma situação denominada de "passivo a descoberto" é aquele quando

- (A) existem obrigações exigíveis por terceiros no curto prazo em excesso ao valor total de bens e direitos realizáveis no curto prazo, de forma que parte das exigibilidades de curto prazo não encontra correspondência em valores do ativo de curto prazo.
- (B) existe um excesso de obrigações exigíveis por terceiros em relação ao valor total dos bens e direitos da entidade, ou seja, parte das exigibilidades não encontra correspondência em valores do ativo.
- (C) existem obrigações exigíveis por terceiros no longo prazo em excesso ao valor total de bens e direitos realizáveis no longo prazo, de forma que parte das exigibilidades de longo prazo não encontra correspondência em valores do ativo de longo prazo.
- (D) existem contas no passivo da entidade que registram valores de compensação e cujo total supera o valor total do patrimônio líquido, tornando-o negativo.
- (E) existem dívidas exigíveis que não foram liquidadas em seu prazo e houve o requerimento da falência da entidade por parte dos credores.

43. De acordo com o previsto na Lei 6.404/76, no patrimônio líquido, a entidade deve apresentar o capital pelo seu valor realizado. Para isso, o capital realizado deve ser evidenciado da seguinte forma:

- (A) Capital a integralizar (saldo credor) menos o capital autorizado (saldo devedor).
- (B) Capital integralizado (saldo credor) menos o capital subscrito (saldo devedor).
- (C) Capital subscrito (saldo credor) menos o capital autorizado (saldo devedor).
- (D) Capital autorizado (saldo credor) menos o capital social (saldo devedor).
- (E) Capital social (saldo credor) menos o capital a integralizar (saldo devedor).

44. Considerando o disposto no novo código civil, Lei 10.406/02, assinale a alternativa que identifica um tipo de sociedade anônima cuja formação do capital é com recursos particulares, ou seja, não recorre à captação de recursos junto ao público para formação do seu capital.

- (A) Companhia fechada.
- (B) Companhia aberta.
- (C) Sociedade por quotas de responsabilidade limitada.
- (D) Sociedade de economia mista.
- (E) Sociedade de capital autorizado.

45. De acordo com a Lei 6.404/76 e demais normas que regulam a contabilidade das empresas com fins lucrativos, quando existirem prováveis valores a desembolsar, originados de fatos geradores contábeis já ocorridos, como por exemplo quando pelo recebimento de uma notificação de reclamação trabalhista, deve-se registrar o valor estimado do provável desembolso em conta de

- (A) Reserva Legal, no patrimônio líquido.
- (B) Reserva para Contingências, no patrimônio líquido.
- (C) Provisão para Contingências, no passivo exigível.
- (D) Provisão para Perdas (conta redutora), no ativo realizável.
- (E) Depósito Judicial, no ativo realizável.

46. Na contabilidade das sociedades por ações com fins lucrativos, o método que deve ser utilizado para o cálculo e contabilização da despesa de exaustão é

- (A) Método das quotas constantes.
- (B) Método da soma dos dígitos.
- (C) Método de unidades produzidas.
- (D) Método de horas de trabalho.
- (E) Método Linear.

47. Quando uma reserva de lucros a realizar, constituída em anos anteriores, for realizada financeiramente em sua totalidade, considerando a Lei 6.404/76 e suas alterações posteriores, deve-se adotar o seguinte procedimento:

- (A) reverter a reserva diretamente para a conta de dividendo obrigatório, no passivo.
- (B) reverter a reserva diretamente para a conta de lucros acumulados, no patrimônio líquido.
- (C) reverter a reserva diretamente para a conta de juros sobre o capital próprio a pagar, no passivo.
- (D) incorporar a reserva no capital social, no patrimônio líquido.
- (E) transferir a reserva para o grupo das reservas de capital, no patrimônio líquido.



48. Por intermédio da Lei 10.833/03, o governo federal introduziu uma nova sistemática de arrecadação da COFINS aplicada apenas às empresas optantes ou obrigadas à apuração do imposto de renda pelo lucro real que não foram mantidas no sistema cumulativo. Assim, assinale a alternativa que indica a nova sistemática de arrecadação da COFINS e sua implicação na contabilidade das empresas para as quais pode ser aplicado o novo sistema.

- (A) Incidência cumulativa, o que significa que a COFINS nessa sistemática tornou-se um imposto recuperável quando houver incidência na compra e na venda e deve ser contabilizado em conta específica (a recuperar) para ser compensado com a parcela devida (a recolher), nos termos da legislação aplicável.
- (B) Incidência não-cumulativa, o que significa que a COFINS nessa sistemática tornou-se um imposto recuperável quando houver incidência na compra e na venda e deve ser contabilizado em conta específica (a recuperar) para ser compensado com a parcela devida (a recolher), nos termos da legislação aplicável.
- (C) Incidência não-cumulativa, o que significa que a COFINS nessa sistemática tornou-se um imposto não recuperável, devendo ser pago pelo valor apurado da parcela devida (a recolher), nos termos da legislação aplicável.
- (D) Incidência cumulativa, o que significa que a COFINS nessa sistemática tornou-se um imposto recuperável, devendo o valor apurado da parcela devida (a recolher) ser compensado com outras contribuições a recolher, nos termos da legislação aplicável.
- (E) Incidência não-cumulativa, o que significa que a COFINS nessa sistemática tornou-se um imposto recuperável, devendo o valor apurado da parcela devida (a recolher) ser compensado com outras contribuições a recolher, nos termos da legislação aplicável.

49. De acordo com a NBC-T 3.7, aprovada pela resolução 1010/05 do CFC (Conselho Federal de Contabilidade), que dispõe sobre a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), identifique a alternativa que contenha somente itens que devem ser considerados como "valor adicionado recebido em transferência", na DVA:

- (A) Perdas na realização de ativos e resultado da equivalência patrimonial.
- (B) Receitas financeiras e resultados não operacionais.
- (C) Aluguéis recebidos e receitas financeiras.
- (D) Royalties recebidos e resultados não operacionais.
- (E) Perdas na realização de ativos e resultados não operacionais.

50. Quando da aquisição de Debêntures por sociedade anônima com fins lucrativos, essa transação (na sociedade adquirente) deverá ser classificada e avaliada como um(a)

- (A) Passivo Exigível (curto e longo prazo), em conta própria, pelo seu valor nominal, quando da sua emissão, sendo que eventuais prêmios (ágio) na emissão desse título devem ser registrados como reserva de capital (Lei 6.404/76). Os juros e atualizações monetárias contratados devem ser registrados pelo tempo transcorrido a crédito da conta de Juros e Participações e à débito da conta de despesas financeiras.
- (B) Passivo Exigível de Longo Prazo, em conta redutora das Debêntures emitidas pela sociedade, sendo avaliada pelo custo de aquisição e ajustado pelos juros e correção monetária auferidos à medida do tempo transcorrido, bem como reduzido ao seu valor de mercado (quando este for menor) pela constituição de uma provisão (conta redutora).
- (C) Ativo Permanente, em conta de Outros Investimentos Permanentes, sendo avaliado pelo seu valor de aquisição e ajustado por meio da equivalência patrimonial (diferença entre o valor do investimento e o valor do patrimônio líquido da investida, considerado o percentual de participação e os lucros não realizados decorrentes das transações entre as empresas).
- (D) Ativo Circulante, em conta de Investimentos Temporários, sendo avaliada pelo custo de aquisição e ajustado pelos juros e correção monetária auferidos à medida do tempo transcorrido, bem como reduzido ao seu valor de mercado (quando este for menor) pela constituição de uma provisão (conta redutora).
- (E) Resultados de Exercícios Futuros, em conta própria, sendo avaliada pela diferença positiva entre o valor recebido e o valor nominal do título (prêmio ou ágio na emissão de debêntures). A apropriação ao resultado será feita em função do prazo das debêntures, uma vez que as despesas financeiras a serem incorridas no futuro devem ser retificadas pelo valor do "prêmio" recebido por ocasião da colocação.

51. Os custos, para fins de controle gerencial, podem ser classificados de diversas formas. A classificação que se faz segundo o comportamento dos custos em relação ao volume da atividade ou produção (considera a relação entre o valor total de um custo e o volume de atividade numa unidade de tempo) é aquela que segrega os custos em

- (A) fixos e variáveis.
- (B) diretos e indiretos.
- (C) controláveis e não-controláveis.
- (D) inventariáveis e não-inventariáveis.
- (E) de transformação e de conversão.



52. Considerando a legislação societária aplicável às sociedades por ações com fins lucrativos, bem como os princípios fundamentais de contabilidade, a provisão para créditos de liquidação duvidosa deve ser avaliada da seguinte forma:

- (A) pelo valor da expectativa de perdas estimadas na cobrança dos valores a receber de clientes, desde que não exceda o valor correspondente a 1,5% do saldo de duplicatas a receber, caso a empresa deseje que o valor da despesa correspondente seja dedutível do imposto de renda.
- (B) pelo valor da expectativa de perdas estimadas na cobrança dos valores a receber de clientes, desde que não exceda o valor correspondente a 3% do saldo de duplicatas a receber, independente de a despesa correspondente ser ou não dedutível do imposto de renda.
- (C) pelo valor da expectativa de perdas estimadas na cobrança dos valores a receber de clientes, independente do valor resultante, uma vez que a despesa correspondente é uma despesa dedutível para fins de apuração do imposto de renda.
- (D) pelo valor da soma dos títulos a receber de clientes que se encontrarem vencidos, independente do valor resultante, uma vez que, para fins de apuração do imposto de renda, será dedutível o valor correspondente às perdas efetivas no recebimento de créditos, correspondendo esse procedimento à forma prevista na legislação fiscal.
- (E) pelo valor da expectativa de perdas estimadas na cobrança dos valores a receber de clientes, independente do valor resultante e independente de a despesa correspondente ser ou não dedutível para fins do imposto de renda.

53. Considerando as normas da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) referentes à consolidação de balanços, quando ocorrer um deságio sobre investimentos, na controladora, pelo fundamento econômico do valor de mercado do imobilizado (da controlada), o lançamento de eliminação do deságio deve ser

- (A) débito em conta do imobilizado consolidado e crédito na conta de deságio sobre investimentos (na controladora).
- (B) débito em conta do ativo diferido consolidado e crédito na conta de deságio sobre investimentos (na controladora).
- (C) débito na conta de deságio sobre investimentos (na controladora) e crédito em conta de resultado de exercícios futuros consolidado.
- (D) débito na conta de deságio sobre investimentos (na controladora) e crédito em conta do ativo diferido consolidado.
- (E) débito na conta de deságio sobre investimentos (na controladora) e crédito em conta do imobilizado consolidado.

54. O critério de avaliação dos estoques é o "custo ou mercado, dos dois o menor", considerando a Lei 6.404/76 e os princípios fundamentais de contabilidade. Assinale a alternativa que identifica a conta de estoque cuja determinação do valor do "custo" para o registro contábil da entrada dos bens no estoque pode ser composto pelo valor de compra (nota fiscal) deduzido dos impostos recuperáveis e acrescido dos seguintes custos adicionais: impostos não recuperáveis, seguro, embalagem, transporte e armazenagem.

- (A) Estoque de matérias – primas, desde que os custos adicionais sejam necessários e incorridos até a chegada dos itens no estabelecimento da empresa.
- (B) Estoque de matérias-primas, independentemente de os custos adicionais serem necessários e incorridos até a chegada dos itens no estabelecimento da empresa.
- (C) Estoques de produtos acabados, desde que os custos adicionais sejam necessários e incorridos até a chegada dos itens no estabelecimento da empresa do cliente.
- (D) Estoque de produtos acabados, independentemente de os custos adicionais serem necessários e incorridos até a chegada dos itens no estabelecimento da empresa do cliente.
- (E) Estoque de produtos em processo, desde que o processamento (industrialização) não seja realizado por terceiros e independente de serem necessários e incorridos até a chegada dos itens no estabelecimento da empresa.

55. Considerando a terminologia aplicável aos custos industriais, com foco na contabilização dos custos para fins de apuração do resultado do exercício, "custo" e "despesa" se distinguem pois

- (A) custo é o gasto ativado em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a futuro(s) período(s) e despesa é o pagamento resultante da aquisição de bens e serviços.
- (B) custo é o bem ou serviço consumido direta ou indiretamente para a obtenção de receitas e despesa é o gasto relativo a bem ou serviço utilizado na geração de outros bens ou serviços.
- (C) custo é o gasto ativado em função de sua vida útil ou de benefícios atribuíveis a futuro(s) período(s) e despesa é a compra de um produto ou serviço qualquer, que gera sacrifício financeiro para a entidade.
- (D) custo é o gasto relativo a bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços e despesa é o bem ou serviço consumido direta ou indiretamente para a obtenção de receitas.
- (E) custo é o bem ou serviço consumido direta ou indiretamente para a obtenção de receitas e despesa é o sacrifício financeiro resultante da aquisição do bem ou serviço.



56. Considerando os procedimentos para elaboração da Demonstração de Origens e Aplicação de Recursos e os dados abaixo, assinale a alternativa que indica, **respectivamente**, o total das origens de recursos, o total das aplicações de recursos e a variação (aumento ou redução) do capital circulante líquido (indicado como CCL).

- I. Aquisições de imobilizado: \$500;
- II. Despesa do período com depreciação: \$100;
- III. Dividendos propostos no final do período: \$100;
- IV. Aumento de capital (já integralizado): \$350;
- V. Transferência de dívidas do longo para o curto prazo: \$330;
- VI. Despesa do período com atualização monetária e juros sobre as dívidas de longo prazo: \$200; e
- VII. Resultado do Período (lucro): \$300.

- (A) \$1.000,00; \$1.130,00 e redução do CCL de \$130,00.
- (B) \$1.000,00; \$930,00 e aumento do CCL de \$70,00.
- (C) \$1.100,00; \$930,00 e aumento do CCL de \$170,00.
- (D) \$1.200,00; \$930,00 e aumento do CCL de \$270,00.
- (E) \$1.200,00; \$600,00 e aumento do CCL de \$600,00.

57. Conforme disposto na Lei 4.320/64, as despesas pendentes de pagamento que podem ser inscritas em restos a pagar quando do encerramento do exercício, desde que observadas as restrições dispostas na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00), são

- (A) a despesa fixada e a despesa não empenhada.
- (B) a despesa empenhada e não liquidada, independente de o empenho ter sido anulado em 31 de dezembro.
- (C) a despesa empenhada, liquidada ou não liquidada, desde que seu empenho não tenha sido anulado em 31 de dezembro.
- (D) a despesa empenhada, fixada ou não fixada, desde que seu empenho não tenha sido considerado anulado em 31 de dezembro.
- (E) a despesa liquidada e não empenhada.

58. A soma dos custos de produção, **exceto** os custos relativos a matérias-primas e outros materiais eventuais adquiridos e utilizados sem nenhuma modificação pela entidade (como componentes adquiridos prontos, embalagens compradas etc.), revela um custo denominado de

- (A) Custo primário.
- (B) Custo imputado.
- (C) Custo comum.
- (D) Custo empatado.
- (E) Custo de transformação.

59. O processo de planejamento de lucros, preços e custos por meio do qual se parte do preço de venda para se chegar ao custo máximo suportável para se atingir o retorno desejado (considerando as limitações de preço e demanda de mercado), é denominado de

- (A) Custo Meta.
- (B) Custeio Padrão.
- (C) Sistema de Custeamento Orçado.
- (D) Custeio baseado em atividades.
- (E) Custo Conjunto.

60. Na produção contínua (ou processo) a elaboração dos produtos ocorre de forma continuada por um longo período. Assim, os custos são acumulados em contas representativas das diversas linhas ou fases de produção que são encerradas sempre no fim de cada período (mês, por exemplo), momento em que os custos são apropriados às unidades.

Contudo, ao final do período podem existir unidades semi-acabadas (não receberam todo o processamento necessário). Para apropriar de forma mais justa dos custos acumulados no período às unidades geradas (acabadas ou semi-acabadas), utiliza-se de um critério denominado

- (A) Proporcionalidade do custo total.
- (B) Proporcionalidade do custo de conversão.
- (C) Equivalente de Produção.
- (D) Direcionador de Atividade.
- (E) Método das Ponderações.

61. Conforme a Lei 4.320/64 e demais normas legais pertinentes, o suprimento de fundos corresponde à

- (A) entrega ou transferência de recursos às unidades responsáveis pelas operações financeiras, para pagamento de despesas, cuja realização ocorre pela liberação de cotas ou repasses.
- (B) cooperação financeira da União com a entidade pública quando realizada por meio de subvenção econômica.
- (C) modalidade de realização da despesa por meio de adiantamento concedido a servidor, para prestação de contas posterior, quando não realizável o pagamento por meio da rede bancária.
- (D) cooperação financeira da União com a entidade pública quando realizada por meio de transferências de capital.
- (E) assunção de compromisso decorrente de obrigação de pagamento criada em virtude de Lei e reconhecidos após o encerramento do exercício.



62. De acordo com a instrução 247/96 da CVM – Comissão de Valores Mobiliários, para fins de aplicação do método de equivalência patrimonial na determinação do valor do investimento de uma empresa em uma controlada ou coligada, devem ser eliminados os lucros já reconhecidos na controlada ou coligada, decorrentes de negócios com a investidora ou outras coligadas e controladas.

Considerando o exposto e as informações abaixo, assinale qual das alternativas indica, **respectivamente**, o resultado da equivalência patrimonial e o valor do investimento da controladora depois de aplicada a equivalência patrimonial.

- I. Uma controlada vendeu por \$200.000 (ICMS de \$34.000), mercadorias cujo custo foi de \$66.000, para sua controladora, ao longo do ano.
- II. o valor do investimento na controladora, antes de aplicada a equivalência patrimonial para o período, é de \$3.000.000 e a participação no capital votante da controlada é de 60%.
- III. o valor do patrimônio líquido da controlada, já computado o resultado do período, é de \$5.500.000.
- IV. a controladora, até o final do período, vendeu, para terceiros, metade do lote de mercadorias adquirido de sua controlada (item I), por \$160.241 (ICMS de \$27.241).

- (A) \$270,00 e \$3.270.000,00
- (B) \$267,00 e \$3.267.000,00
- (C) \$250,00 e \$3.250.000,00
- (D) \$240,00 e \$3.240.000,00
- (E) \$200,00 e \$3.200.000,00

63. No custeio baseado em atividades (ABC – activity based costing), o fator que determina o custo de uma atividade ou objeto de custo, revelando a causa do custo, é denominado de

- (A) Processo.
- (B) Direcionador.
- (C) Atividade.
- (D) Objeto de Custo.
- (E) Critério de Rateio.

64. Identifique a alternativa que representa uma ação da administração pública que deve ser registrada na contabilidade como um fato contábil classificado como “fato administrativo orçamentário”.

- (A) Dotação da despesa.
- (B) Arrecadação da receita.
- (C) Concessão de fianças.
- (D) Recebimento de bens em doação.
- (E) Assinatura de um contrato.

65. Considerando as informações abaixo, identifique a alternativa com a combinação de produção que irá gerar a maior margem de contribuição.

- I. As margens de contribuição unitária dos produtos X, Y e Z são, **respectivamente**: \$10, \$6 e \$4.
 - II. A quantidade de horas necessárias para o processamento de uma unidade dos produtos X, Y e Z são, **respectivamente**: 5 horas, 2 horas e 1 hora.
 - III. Não há restrições de demanda de mercado para o produto X, ou seja, tudo que a empresa fabricar ela irá conseguir vender. Contudo, a empresa não consegue vender (em um mês) mais do que 15.000 unidades do produto Z e 30.000 unidades do produto Y.
 - IV. A empresa tem uma capacidade limite de horas de processamento no total de 100.000 horas por mês.
- (A) A empresa, para maximizar sua margem de contribuição mensal, deve produzir somente unidades do produto X.
 - (B) A empresa, para maximizar sua margem de contribuição mensal, deve produzir 15.000 unidades do produto Z e o restante de capacidade utilizar para a produção do produto X.
 - (C) A empresa, para maximizar sua margem de contribuição mensal, deve produzir 30.000 unidades do produto Y e o restante de capacidade utilizar para a produção do produto X.
 - (D) A empresa, para maximizar sua margem de contribuição mensal, deve produzir 15.000 unidades do produto Z e o restante de capacidade utilizar para a produção do produto Y.
 - (E) A empresa, para maximizar sua margem de contribuição mensal, deve produzir 15.000 unidades do produto Z, 30.000 unidades do produto Y e o restante de capacidade utilizar para a produção do produto X.

66. Assinale a alternativa que identifica um “Custo Imputado”.

- (A) Um custo indireto atribuído ao produto por rateio.
- (B) Um custo de oportunidade atribuído ao produto.
- (C) Um custo logístico diretamente atribuído ao produto.
- (D) Um custo comum apropriado por um direcionador.
- (E) Um custo fixo identificado.



67. Considerando as informações abaixo, identifique a alternativa que demonstra **corretamente** o resultado operacional antes dos impostos e o saldo do estoque, **respectivamente** pelo método de custeio por absorção e pelo método de custeio variável.

- I. Durante o mês foram fabricadas 135.000 unidades, das quais somente 100.000 foram vendidas no período (o estoque inicial é zero).
 - II. O preço de venda unitário (já deduzidos os impostos) foi de \$10,00.
 - III. O custo de matéria-prima (variável) por unidade foi de \$3,00.
 - IV. O custo de mão-de-obra direta (variável) por unidade foi de \$2,00.
 - V. O custo indireto de fabricação (fixo) por unidade foi de \$1,50.
 - VI. As despesas com vendas e administrativas no mês foram de \$80.000.
- (A) Custeio absorção: resultado operacional de \$350.000 e estoque de \$227.500; Custeio variável: resultado operacional \$500.000 e estoque de \$175.000.
 - (B) Custeio absorção: resultado operacional de \$270.000 e estoque de \$175.000; Custeio variável: resultado operacional \$500.000 e estoque de \$175.000.
 - (C) Custeio absorção: resultado operacional de \$420.000 e estoque de \$227.500; Custeio variável: resultado operacional \$350.000 e estoque de \$175.000.
 - (D) Custeio absorção: resultado operacional de \$270.000 e estoque de \$227.500; Custeio variável: resultado operacional \$217.500 e estoque de \$175.000.
 - (E) Custeio absorção: resultado operacional de \$217.500 e estoque de \$175.000; Custeio variável: resultado operacional \$270.000 e estoque de \$227.500.

68. O registro contábil dos fatos típicos de uma administração pública é feito com base no método das partidas dobradas, utilizando-se de sistemas contábeis independentes, mas interligados, os quais são

- (A) Orçamentário, financeiro, patrimonial e de resultado.
- (B) Financeiro, patrimonial e orçamentário.
- (C) Financeiro, orçamentário, patrimonial e de compensação.
- (D) Patrimonial, orçamentário, de resultado e de compensação.
- (E) Patrimonial, de resultado e orçamentário.

69. Considerando os procedimentos para elaboração da Demonstração de Fluxo de Caixa e os dados abaixo, assinale a alternativa que indica o caixa líquido consumido nas atividades operacionais, pelo método indireto.

- 1. Lucro Líquido: \$8.000.
 - 2. Despesa do período com depreciação: \$3.000.
 - 3. Ganho na alienação de imobilizado: \$6.000.
 - 4. Aumento do saldo da conta de Duplicatas a Receber: \$20.000.
 - 5. Redução do saldo da conta de Estoques: \$5.000.
 - 6. Aumento do saldo da conta de Fornecedores: \$30.500.
 - 7. Redução do saldo da conta de Salários a Pagar: \$7.000.
 - 8. Redução do saldo da conta de Impostos a Pagar: \$7.500.
- (A) \$4.000,00
 - (B) \$6.000,00
 - (C) \$12.000,00
 - (D) \$36.000,00
 - (E) \$42.000,00

70. Segundo a Lei 4.320/64 e o Decreto 93.872/86, o comprovante da entrega do material ou da prestação de serviço, identificando o responsável e a data correspondente, é um dos requisitos exigidos para que a despesa pública seja considerada como estando no

- (A) 1º. estágio, que corresponde à fixação.
- (B) 2º. estágio, que corresponde à liquidação.
- (C) 3º. estágio, que corresponde ao suprimento.
- (D) 4º. estágio, que corresponde à realização.
- (E) 5º. estágio, que corresponde ao pagamento.

